1 **Ata da 193ª** (centésima nonagésima terceira) reunião ordinária do Conselho Municipal de
2 Previdência (CMP), realizada aos vinte e nove dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte
3 cinco, às oito horas e trinta minutos, na sede do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores
4 Públicos do Município de Viçosa (IPREVI), situada à Avenida P.H. Rolfs, Edifício Meridien
5 Center, 3º andar, Centro – Viçosa, Minas Gerais, com a presença dos conselheiros: Jorge Lucas
6 Santos da Luz, Manoel de Oliveira Miranda, Luís Roberto de Andrade, Carlos Raimundo dos
7 Santos Araújo, Edimar Mendes, Emerson Jacinto Carneiro e Solange Sampaio Satecler. Também
8 estavam presentes o Diretor Presidente do IPREVI, o Sr. Edivaldo Antônio da Silva Araújo, a
9 Senhora Eliane A. dos Reis Pereira, Diretora Adm. Financeira do IPREVI, e o Diretor
10 Previdenciário Evair Barbosa de Souza. A Conselheira Rafaela de Cássia Firmino justificou a
11 ausência. O Conselho se reuniu para tratar dos seguintes assuntos: 1. Discussão sobre o
12 apontamento do Tribunal de Contas-MG sobre a Criação da vedação do efeito-cascata pela EC
13 19/98 – Inclusão de Vantagens na base de cálculo dos quinquênios adquiridos após a EC.19/98; 2.
14 Revisão da Tabela Salarial; 3. Assuntos Gerais. O Presidente do Conselho deu início à reunião
15 lendo uma carta assinada por alguns aposentados, com a solicitação para que o Conselho
16 intervenha junto a Diretoria do IPREVI em relação à Portaria 004/2025/IPREVI que nomeou uma
17 comissão para analisar os Processos de Aposentadorias e Pensões, conforme Parecer Jurídico sobre
18 Criação da vedação do efeito-cascata pela EC 19/98 – Inclusão da Gratificação do Apostilamento
19 na base de cálculo dos Quinquênios adquiridos após a EC.19/98. Após a leitura da carta o
20 Presidente do Conselho pediu que o Diretor Edivaldo esclarecesse o assunto. O Senhor Edivaldo
21 iniciou informando que no ano passado recebeu duas notificações sobre irregularidades apontadas
22 pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), referente a apostilamento incluído
23 na base de cálculo de quinquênio em desconformidade com a vedação do efeito-cascata instituída
24 pela EC 19 em 1998 (art. 37, XIV, CF/88), nos proventos de aposentadorias. Primeiro veio a
25 notificação referente ao Processo da Norma Lehner e depois do Carlos H. Lehner. No caso da
26 Norma, foi feita a justificativa para o Tribunal de Contas, a notificação para a Norma dando prazo
27 de trinta dias para ela se manifestar no processo a qual ela não se manifestou, e foi feita a correção
28 no processo dela, logo após foi enviado para o Tribunal de Contas e a Aposentadoria foi
29 homologada. O caso do Carlos Lehner foi a mesma coisa, seguindo os mesmos passos, foi feita
30 a correção modificando a forma de cálculo de acordo com a orientação do Tribunal, mas a
31 Aposentadoria ainda não foi homologada, ele entrou com recurso, e ainda não foi cobrado nada
32 retroativo. O Diretor Edivaldo continuou dizendo que comunicou a Prefeitura sobre esses dois
33 casos, para dar conhecimento e se manifestarem a respeito e a procuradora do município, Dr^a
34 Jodiane, concordou com a decisão do Tribunal. Em dezembro/2024 foi solicitado também um
35 parecer do jurídico do IPREVI, pois a orientação que havia tanto do Procurador do Município da
36 época, como dos advogados, era que se ele não fizesse uma análise nos processos de
37 Aposentadorias e Pensões que se encontravam nesta mesma situação, poderia incorrer em
38 prevaricação e também para poder verificar se há casos de prescrição. Dessa maneira, foi criada
39 essa comissão interna para analisar os processos, fazendo um resumo por exemplo com: data de
40 entrada em exercício, data do apostilamento, data da homologação do Tribunal de Contas de cada
41 processo, para enviar ao jurídico com finalidade de saber se há prescrição ou prevaricação, mas
42 em nenhum momento houve por parte dos diretores, a decisão de cortar benefício de ninguém. O

43 entendimento do Tribunal de Contas é que até 1998 o quinquênio deve ser pago “cheio”, ou seja:
44 o adicional de 10% incide sobre o total dos vencimentos do servidor, incluindo apostilamento.
45 Depois de 1988 é quinquênio vazio, ou seja, incide apenas sobre os vencimentos efetivos do
46 servidor. Edivaldo salientou que nenhum valor pago foi corrigido, e esclareceu que o que estava
47 sendo feito é o apuramento dos casos similares, uma vez que se o órgão não tomar atitude, há
48 prevaricação, e também tem casos que já estão homologados desde 2015, os quais precisam ser
49 analisados para apurar se há prescrição. Dessa forma, o intuito de se instituir uma comissão interna
50 era fazer o levantamento dos dados nos processos para depois analisar os casos com o Procurador
51 do Município e o Advogado do IPREVI, porque é inviável em uma reunião ficar analisando pasta
52 por pasta. Depois da análise, seria aberto vistas aos envolvidos no processo, assim como no caso
53 da Norma e do Carlos. Edivaldo prosseguiu dizendo que a lei é clara, a revisão dos benefícios é
54 feita internamente pelo Instituto, caso seja encontrado alguma inconsistência, abre vista ao
55 interessado, dando o prazo de 30 dias para se manifestar, a partir daí dá-se a conclusão e notifica-
56 se o interessado (Art. 118 da Lei 1511/2002 - *O Instituto de Previdência Municipal dos Servidores*
57 *Públicos do Município de Viçosa - IPREVI manterá programa permanente de revisão da*
58 *concessão e da manutenção dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social, a fim de*
59 *apurar irregularidades e falhas eventualmente existentes*). O Diretor frisou que o objetivo da
60 Comissão era analisar os processos do Aposentados e Pensionistas, porém gerou uma repercussão
61 negativa entre os ativos. O Presidente do Conselho solicitou ao Diretor Edivaldo que esclarecesse
62 sobre o efeito-cascata. Edivaldo explicou que antes da E.C. 19/98, o quinquênio era calculado
63 sobre o total do vencimento, era quinquênio cheio, ou seja, se o servidor ganha R\$ 5000,00 total,
64 incluindo o apostilamento, o quinquênio é calculado em cima dos R\$5.000,00. A partir de 1998,
65 os quinquênios passam a ser calculados sobre o salário-base. Esse é o entendimento da EC 19/98
66 pelo Tribunal de Contas. A outros entendimentos, por exemplo, a Dr^a Jodiane entende que o
67 Secretário não pode ganhar nada mais em cima do salário, por que é subsidio, mas que ainda não
68 reuniu com a Prefeitura para discutir sobre isso, porque estávamos fazendo o levantamento das
69 situações, não tem nada de concreto em relação a cortar alguma coisa. Somente da Norma e do
70 Carlos Lehner que foi corrigido. O Presidente do Conselho Jorge, expôs que muitos falam sobre o
71 direito adquirido e perguntou ao Diretor Evair se pode haver revisão de vencimento da
72 aposentadoria de algum servidor. Seria direito adquirido mesmo? O Diretor Evair respondeu que
73 pode ser feita a revisão, porém tudo tem que ser remetido ao Jurídico para análise. O Jurídico vai
74 definir se esse direito adquirido foi dentro da lei, ou foi um direito adquirido que foi dado e a
75 pessoa não tinha direito. O conselheiro Emerson expôs que pelo que ele entendeu, lá no
76 Departamento de Pessoal da Prefeitura, o cálculo vai ser diferente, ou seja, antigamente o cálculo
77 do quinquênio era 100% do salário (cheio), agora será feito somente em cima do salário do cargo
78 efetivo, fora a gratificação. Edimar expôs que, o servidor não tem culpa e sempre contribuiu sobre
79 o valor total da remuneração. Então, não houve má fé nunca do servidor, porque senão ele não
80 estaria contribuindo sobre um valor que ele não ia receber com a aposentadoria. Edimar ressaltou
81 que enquanto não pegar a nossa legislação e não promover uma reforma, vai acontecer esse tipo
82 de situação e quem está saindo perdendo é o servidor que contribui uma vida toda em cima de um
83 valor e quando vai aposentar não tem direito a ele. Edivaldo expôs que o Tribunal de Contas
84 notificou o IPREVI para rever o cálculo, por isso estava fazendo o levantamento interno de todos

85 os casos iguais pra ver com o jurídico se há prevaricação ou se não há, ou se há prescrição. Más
86 houve essa discussão de nomear uma comissão ampla para apurar esses fatos. Edimar expôs que a
87 decisão do Tribunal é administrativa, e que acha que o IPREVI deveria fazer um trabalho mais
88 amplo sobre isso, até mesmo em cima da parte judicial, com a participação da Procuradoria,
89 buscando a proteção daquele servidor que contribuiu em cima daquele valor. O Presidente do
90 Conselho expôs que na carta, eles estão falando que não foram respeitados e perguntou se eles
91 tiveram tempo para se manifestarem, se tiveram ampla defesa. E se como é decisão do Tribunal
92 de Contas, nestes dois casos concretos poderia ter mexido. Edivaldo explicou que o próprio
93 Tribunal de Contas dá um prazo para rever o ato, é feita a correção e enviado para o Tribunal, faz-
94 se a apuração do valor que foi pago a mais, notifica-se a pessoa, a pessoa entra com a razão,
95 contrarrazão, vai ser julgado, se há boa fé e não precisa de devolver, arquiva-se o processo. Jorge
96 perguntou se essa provável mudança do entendimento da Prefeitura tem a ver com esses dois
97 processos. Edivaldo informou que quando vem alguma decisão do Tribunal de Contas sobre
98 qualquer caso aqui, ele remete a Procuradoria do Município e ao R.H para ver se tem casos
99 similares, mas que lá, internamente, a decisão é deles. Edimar questionou: se é uma decisão do
100 Tribunal, exclusiva pra estas duas pessoas, porque o Departamento pessoal está mexendo nisso. O
101 conselheiro Luís expôs que a partir do momento que o IPREVI se manifestar mandando os outros
102 processos com apostilamento que foram homologados, isso é uma denúncia que o IPREVI está
103 fazendo. Por exemplo, o Edimar está para se aposentar, se o processo dele for homologado, o
104 IPREVI não tem que chegar e falar que está errado. Edivaldo esclareceu que é por isso que estava
105 fazendo um levantamento interno dos casos, para depois encaminhar para o Jurídico para ele fazer
106 o parecer se há prevaricação e depois ver que decisão tomar. Edimar expôs que acha muito
107 complicado para o IPREVI tomar esse tipo de decisão e que essa questão é muito mais ampla do
108 que todos imaginam, porque todos servidores que recebem além do salário efetivo deles,
109 contribuem sobre isso também. Então, a legislação tem que mudar. Tem que formar uma comissão
110 para estudar em relação a isso e ver qual decisão a tomar. O Conselheiro Emerson se manifestou
111 apoiando a proposta da formação de uma comissão mista, para analisar como um todo, para todos
112 os órgãos possam participar para que não fique só por conta do IPREVI, pois vai aparecer outros
113 casos. Edivaldo informou que havia nomeado a comissão interna para fazer o levantamento dos
114 casos para depois discutir, mas após conversa com Edimar e diante da confusão que causou a
115 publicação da Portaria, resolveu destituir a comissão interna e fazer outra comissão mista, com a
116 participação de representantes de todos os órgãos. Neste sentido, enviou um ofício aos órgãos
117 solicitando indicação de representantes para compor a Comissão os quais foram indicados Melissa
118 M. Maia representante do Poder Executivo, Edimar Mendes representante do Poder Legislativo,
119 Daniela Martins Rodrigues representante do SAAE, do Conselho o qual o Presidente Jorge Lucas
120 manifestou interesse. Quanto ao Jorge após ponderação do Conselheiro Edimar sobre ser votado
121 entre os conselheiros, foi aprovado que ele fosse o representante do CMP na Comissão. Dando
122 Prosseguimento a reunião, o Diretor Edivaldo informou aos Conselheiros que os Repasses da
123 Prefeitura e de todos os Órgãos estavam em dia, porém o CRP do IPREVI não havia sido renovado
124 por que até a data de hoje não conseguimos informar a Matriz de saldo contábil da Prefeitura, por
125 isso estamos com o CRP irregular devido a esta Matriz que tem que ser enviada. Em seguida,
126 Jorge falou sobre a solicitação da Solange na reunião passada do parecer Jurídico referente ao

127 pagamento de férias prêmio e quinquênio do servidor Evair, considerando o período da pandemia.
128 Solange expôs que este parecer não foi apresentado ao Conselho deixando claro que não tinha
129 nada contra o Evair e que visa apenas a transparência. Edivaldo informou que nestes casos não há
130 parecer. Explicou que para conceder o pagamento, o IPREVI envia um ofício ao órgão de origem
131 do servidor, neste caso ao Presidente do IMAS, solicitando a base salarial, os quinquênios,
132 titulação, progressão e, mediante estas informações, é feito a apuração do valor devido, e assim foi
133 pago para o Evair de acordo com a tabela salarial do seu órgão de origem. Solange disse que não
134 foi isso que ela queria e o que ela queria era o parecer jurídico do IPREVI. Edivaldo respondeu
135 que não tinha parecer jurídico neste caso. O conselheiro Luís disse que no caso dele teve parecer,
136 porque não teve no caso de Evair e Edivaldo informou que no caso do Luís teve porque ele
137 solicitou. Luís explicou que pediu porque na época da pandemia ele estava no IPREVI. Edivaldo
138 explicou que no caso do Luís, dele (Edivaldo) e da Cássia que são da Prefeitura, a informação do
139 base salarial foi solicitado ao Departamento de Pessoal da Prefeitura. O Departamento de Pessoal
140 informa, e aí é apurado se está certo na folha de pagamento. O Conselheiro Emerson expôs o seu
141 entendimento de que a Solange está solicitando um parecer jurídico dizendo que foi pago
142 legalmente a Evair, se tem legalidade no pagamento de Evair. Edivaldo informou que pelas
143 informações do Imas, tem legalidade, porém não tem parecer jurídico, mas que ele pode solicitar
144 o parecer jurídico. Após discutirem sobre o assunto, a Conselheira Solange solicitou que fosse
145 providenciado o Parecer jurídico do IPREVI. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada
146 e eu Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe de Secretaria do IPREVI, redigi a presente ata, que, após
147 aprovação, será assinada por mim e pelos demais presentes na reunião.

Jorge Lucas dos Santos da Luz _____

Emerson Jacinto Carneiro _____

Carlos Raimundo dos Santos Araújo _____

Luís Roberto de Andrade _____

Manoel de Oliveira Miranda _____

Edimar Mendes _____

Solange Sampaio Satecler _____

Edivaldo Antônio da Silva Araújo _____

Eliane Antônia dos Reis Pereira _____

Evair Barbosa de Souza _____

Cássia Mria Lopes Salgado _____